





História

Semana 7 - 2º semestre

8º ANO

Neste Guia você vai estudar o “Segundo Reinado”

Pág. 34 a 49 do Volume 3

Prof^ª. Maria Bethânia

Resistência negra

Leia o texto a seguir:

Ao longo da escravidão e da pós-emancipação em várias sociedades coloniais e pós-coloniais nas Américas não faltam evidências sobre variadas formas de protestos. Fugas, justiçamentos de feitores e senhores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, quilombos etc. constituíram a alguns modos de enfrentamentos endêmicos, disseminadas no cotidiano das relações do domínio senhorial podia se dar desde a sabotagem individual na unidade produtiva, barganhas, paternalismo, rituais de poder, fugas provisórias, apadrinhamento até a insurreição aberta. Forjavam-se de modo complexo e multifacetado, uma vez que homens e mulheres escravizados agenciavam sua vida com lógicas próprias entre experiências sociais concretas em cada sociedade.

Que outros tipos de resistência, não citadas no texto, você se lembra que existiram no Brasil?

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.8.

Quilombos

Você deve ter aprendido o que são quilombos e que estes territórios foram uma parte importante das lutas de resistência contra a escravização no Brasil colonial e imperial.

Mas onde estão localizados os territórios remanescentes de quilombos? Todos os estados do Brasil possuem quilombos? Essas terras foram tituladas? A comunidade tem acesso aos serviços públicos essenciais?

Veja o que diz o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_68_.asp>. Acesso em 30 jul. 2020.

Leia o trecho da matéria da agência Brasil, publicada em 2018:

Menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a povos remanescentes de quilombos estão regularizadas no Brasil. Nos últimos 15 anos, 206 áreas quilombolas com cerca de 13 mil famílias foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão que executa a titulação das terras já identificadas e reconhecidas.

Desde 1988, o Estado já reconheceu oficialmente cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas. Quase 80% delas foi identificada a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas.

Fonte: BRITO. Débora. "Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas." Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>>. Acesso em 30 jul. 2020.

Qual a importância da titulação das terras de comunidades remanescentes de quilombos?

A fuga e formação de quilombos

Durante toda a história do Brasil colonial, a formação de quilombos, após a fugas dos escravizados, preocupou as autoridades. Os “ajuntamentos”, quilombos e mocambos eram uma afronta ao poder do Estado e dos fazendeiros, desestabilizando as relações de poder e por isso eram temidos e necessitavam ser destruídos.

Mesmo assim, diversas comunidades conseguiram se manter à margem do sistema e sobreviveram, construindo práticas de solidariedade próprias, resgatando as culturas africanas e estabelecendo relações econômicas com as comunidades próximas.

Escolas quilombolas: valorização da História e cultura negra

Em algumas comunidades quilombolas, assim como nas Terras Indígenas, foram implementadas escolas que têm como base um projeto pedagógico voltado à valorização da história e cultura da comunidade, de suas raízes africanas e das lutas de seus antepassados.

Experiências, tradições e práticas ancestrais são incluídas nos currículos a fim de fomentar a construção de valores que respeitem a diversidade e as características dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

A presença da escola nesses territórios visa também assegurar a escolarização e o acesso aos saberes (científico e tradicional) e a construção da cidadania.

Para aqueles que não estudam em escolas quilombolas, os conhecimentos sobre as lutas do povo negro, a História da África e dos africanos, e a cultura afro-brasileira estão garantidos pela lei nº 10.639/03, que inclui esses e outros conteúdos no currículo escolar, proporcionando uma formação que favoreça o respeito à diversidade, bem como o conhecimento sobre as contribuições dos negros na constituição do Brasil.

Atividades

Que tal conhecer mais sobre as contribuições dos africanos e seus descendentes na História do Brasil por meio de um jogo.

Você poderá conhecer mais sobre Adhemar Ferreira, Luiz Gama, Clementina de Jesus, Lélia Gonzales e outras personalidades.

Entre no link, baixe o material, arranje um parceiro e divirta-se!

- ▶ Yoté – o jogo da nossa história

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/yote_professor_miolo.pdf

Para ir além

Acesse o link abaixo e conheça os materiais produzidos pelo projeto A cor da cultura:

<http://www.acordacultura.org.br/>

A coleção Heróis de todo mundo possui diversas informações sobre personalidades negras brasileiras (<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/>).

No link do programa Mojubá (<http://antigo.acordacultura.org.br/mojuba/>) você encontra textos sobre variados assuntos.